

Aos vinte e nove dias do mês de Abril de dois mil e treze, pelas catorze horas e trinta minutos, no Salão Nobre dos Paços do Concelho do Fundão, realizou-se a sessão ordinária da Assembleia Municipal, sob a presidência do Senhor Vítor Ângelo Mendes da Costa Martins e secretariada pelo Senhor Luís Gavinhos e D. Maria do Carmo Nogueira.

Feita a chamada, verificou-se a falta dos membros: António Eduardo Saraiva que justificou atempadamente e foi substituído pela Senhora Carla Duarte, José Anacleto, Rogério Hilário, João Taborda, Jean Barroca, Maria Alice Cardoso, Nuno Miguel Henriques, Joana Bento, João Correia, Esmeralda Tavares, Helga Capelo, Luís Martins, António Albino Carvalho, Júlio Correia, José Manuel Martins, Eduardo Martins e Francisco Gonçalves que não foram substituídos. Os Presidentes de Junta de Alcaria, Barroca, Enxames e Salgueiro foram substituídos pelos seus representantes legais.

Relativamente ao Executivo Municipal faltou o Senhor Vereador Augusto Leal Salvado. Constatada a existência de quórum para funcionamento da Assembleia Municipal, o Senhor Presidente da Assembleia declarou aberta a sessão, com a seguinte agenda:

Ordem de Trabalhos

1º - Período de Antes da Ordem do Dia

2º - Período da Ordem do Dia

2.1 - Apreciar uma Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da atividade municipal e da situação financeira do Município.

2.2 – Apreciação e votação de uma proposta da Câmara Municipal de “Aprovação dos documentos de Prestação de Contas de 2012”;

2.3 – Apreciação e votação de uma proposta da Câmara Municipal de “Autorização para plurianualização de despesa”;

2.4 – Apreciação e votação de uma proposta da Câmara Municipal de “Alteração à Tabela de Taxas e Licenças”;

2.5 – Apreciação e votação de uma proposta da Câmara Municipal de “Alteração ao Regulamento dos Períodos de Funcionamento dos Estabelecimentos de Venda ao Público e de Prestação de Serviços do Concelho do Fundão”;

2.6 – Apreciação e votação de uma proposta da Câmara Municipal de “Aprovação final de regulamentos”;

2.7 – Apreciação e votação de uma proposta da Câmara Municipal de “ Parque Fluvial da Barroca” – declaração de interesse municipal“.

O Senhor Presidente da Mesa em Exercício saudou todos os presentes e deu por iniciados os trabalhos. De seguida colocou a votação a ata número 1/2013 que foi aprovado por unanimidade. Informou também que o Senhor Presidente da Mesa se encontrava em viagem para o Fundão e chegaria a qualquer momento.

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA



Catarina Gavinhos – Baseou a sua intervenção num documento que se junta à presente ata, constituindo o Anexo 1.

Lurdes Liberato – Manifestou um sentimento de grande alegria e orgulho, por ter encontrado em Bogotá, na Colômbia, numa Feira do Livro dedicada a Portugal, um mural cheio de cerejas do Fundão, ou seja, ter verificado que num País tão distante se fez uma alusão à nossa terra. Descobriu também na referida feira, uma exposição do nosso conterrâneo João Vaz de Carvalho, o que constituiu para si uma surpresa mas também um motivo de grande satisfação.

Rogério Palmeiro – Na sequência da intervenção do membro Catarina Gavinhos declarou que devem ter ouvido intervenções diferentes, já que o que Jean Barroca disse e quis dizer não foi nada disso. Reafirmou que quem tem mais possibilidades deve ajudar quem mais necessita e não deve poder ser o Estado a pagar tudo. Deve existir a possibilidade de os que mais podem contribuir através dos impostos para que quem mais necessita usufrua de condições mínimas de sobrevivência. Catarina Gavinhos acha que, independentemente do património e dos recursos, todas as pessoas devem usufruir das ajudas do Estado em todas as áreas, o PSD não considera assim, distinguindo que todos devem contribuir com base nas suas posses e rendimentos. Foi o que Jean Barroca quis dizer e não foi o que ali foi afirmado.

Paulo Silveira – Disse que a proposta de Lei das Finanças Locais em fase de discussão assume o propósito de total liquidação da autonomia financeira das autarquias locais, visando a asfixia financeira, a institucionalização e uma ilegítima gerência na autonomia local. A mesma contraria a descentralização e a flexibilização, fere a Constituição da República Portuguesa e a Carta Europeia da Autonomia Local. Esperava uma Lei das Finanças Locais concertada, justa e com garantias de prosperidade, mas sobra-lhe a sensação de se ter perdido mais uma oportunidade, tanto no contexto político como legislativo, de reconhecimento e justiça para com as freguesias. Isto vai prejudicar muitas situações e em particular os nossos concidadãos. Devemos continuar a pugnar por todos os meios por um poder local democrático, pela sua organização política e administrativa, pelo reforço da sua autonomia, competências e meios financeiros.

Pedro Salvado – Afirmou que a intervenção de Jean Barroca demonstra bem hoje em dia um certo pensamento dos nossos governantes. Quando ouviu o discurso ficou estupefacto porque precisamente há 2 anos atrás o mesmo membro disse também no 25 de Abril anterior à vitória do PSD nas eleições legislativas qualquer coisa completamente diferente, como isto: *“Grândola vila morena, terra da fraternidade, o povo é quem mais ordena dentro de ti ó cidade”* e ainda *“...hoje o confronto de interesses instalados é tal que existe uma pressão para que os jovens emigrem e que Zeca Afonso retratou com o não me obriguem a vir para a rua gritar que é já tempo de embalar a trouxa e zarpar”*. O mesmo Jean Barroca diz 2 anos depois que as soluções dos nossos governantes actuais passam obrigatoriamente por governar como uma formiga no carreiro, indo em sentido contrário às pessoas. Estamos assim perante uma pessoa, como muitas outras, que hoje dizem uma coisa mas amanhã dizem outra completamente diferente. É isto que tira credibilidade à nossa democracia, afasta cada vez mais as pessoas e está a matar a república. A CDU é acusada de ser uma cassete que

diz sempre a mesma coisa, o PSD e o PS também são uma cassete, mas com a diferença de ter Lado A e Lado B, consoante esteja no governo ou na oposição. O membro Rogério Palmeiro defendeu o indefensável porque antes do mês de Junho de 2011 também defendeu uma moção contra o encerramento de escolas no concelho. Agora o seu governo do PSD fecha escolas por todo o País e nunca mais o ouviu dizer uma palavra sobre o assunto. Atacava-se o anterior governo porque cortava verbas do PIDAC, que estava sempre a atacar o interior, mas hoje não se escuta uma única palavra dos membros do PSD nesta AM sobre a paragem das obras na barragem do Alvito, a arrumação na gaveta do IC 31, a suspensão da auto-estrada do pinhal interior, o fim das 10 viagens de isenção na A23, o fim do intercidades substituído por um suburbano, o encerramento de escolas, a extinção de freguesias. Agora já está tudo bem, daí a sua revolta de hoje e um pedido de reflexão sobre estas questões. Se existe coisa em que o 25 de abril esteve mal foi nas *“hordas de acéfalos que saem de todas as juventudes partidárias, sem exceção”*. O triste é que estes acéfalos não são só hoje os nossos governantes como são os líderes da oposição. Devemos assim ter tino e pelo menos vergonha na cara. O PSD deve de uma vez por todas clarificar o que está a defender e não só dizer que deve pagar quem mais ganha, porque isso já é o que acontece. Existem alguns analfabetos políticos que não sabem que quem sustenta o estado social são os impostos e quem ganha mais paga mais, quem ganha menos paga menos ou não paga. Em vez de andarmos “tipo papagaios” a reproduzir o que as lideranças nos dizem, devíamos pensar mais por nós e ter vergonha naquilo que afirmamos. Se calhar o que pesa não é o estado social mas os tais meninos nomeados para diversos cargos políticos a ganhar 3, 4 ou 5 mil euros por mês. Agora a grande reforma do Estado é despedir as mulheres da limpeza, os auxiliares da ação médica, os secretários, os que ganham 500 euros. Com estes pensamentos e estas atitudes estamos aos poucos a matar a república. O Senhor Jean Barroca devia ter lido o que disse há 2 anos atrás, certamente não teria feito o discurso do último 25 de Abril.

Marco Marques – Referindo-se ao Encontro Nacional de Freguesias, à Lei das competências e finanças locais e da reorganização administrativa, considerou que a Lei das competências não passa de mais do mesmo, já que as freguesias passam a ser responsáveis pelos caminhos, uma ou outra taxa administrativa e pouco mais. Outras possíveis competências terão de ser delegadas pelos municípios. Isto não era o que sempre foi defendido e desejado, pelo que não pode estar contente com essa Lei. Por outro lado a Lei das Finanças Locais refere algumas alterações como é o caso do IMI rústico e urbano, passando o rústico de 50% para 100% e o urbano passamos a ter 1%, pelo que perguntou à Câmara o que entende sobre esta questão. As freguesias querem saber com quanto podem contar para gerir as suas terras e as suas gentes.

Carlos S. Martinho – Começou por lançar o repto do que é que afinal se quer para o País e para o Estado Social. Os nossos impostos não chegam para sustentar o atual Estado Social, pelo que todos devemos falar nesta questão de forma clara e sem rodeios, de forma a percorrermos um caminho sustentável e de futuro, se queremos continuar a “enterrar a cabeça na areia”, levando o país à bancarrota ou queremos corresponder aos desafios que neste momento estão em cima da mesa. Todos devemos defender que tipo de estado social pretendemos e qual a forma sustentável de o concretizar. Trata-se de problemas que foram criados por todos os partidos e também pela CDU, em diversas fases da vida do nosso país. Uma coisa que todos devemos entender e em particular o membro Pedro Salvado é que muitas das obras mencionadas não foram executadas porque simplesmente não há dinheiro, não se tratando de questões de mera opção. Disse

também que o grande impulsionador do encerramento de escolas no nosso concelho não foi este Governo mas sim o anterior. No entanto a própria Câmara e Assembleia Municipal também concordaram com algumas situações relativas ao encerramento de algumas escolas e hoje podemos ver as virtualidades e o sentido que algumas dessas situações tiveram, como o caso de Póvoa de Atalaia e Atalaia do Campo. Relativamente á critica aos jovens especialistas, denegriram-se os tais jovens considerados muitas vezes de geração mais bem preparada de sempre. Pelos vistos os mesmos não têm direito de ter uma oportunidade, aqueles que com o seu esforço e o seu trabalho conseguem ser uma mais-valia e ter sucesso em Portugal.

Luís Lourenço – Lançou também o repto de discussão sobre o Estado Social, mas não sem querer saber de mais coisa nenhuma e só cortarmos no Estado social. É precisamente contra isto que se revolta, porque infelizmente no seu tempo só estudava quem podia, quem tinha posses para o fazer e não quer que isso volte a acontecer. Hoje paga o IRS que paga para ter direito ele próprio e os outros á escola pública, à saúde e ao bem-estar social e é por aqui que quer começar a discutir e ver onde se gasta mais. Provavelmente não será no Estado social, mas todos devem refletir sobre isso.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

2.1 - Apreciar uma Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da atividade municipal e da situação financeira do Município

Luís Lourenço – Disse que já chamou a atenção para questões que têm a ver com as atas da Câmara e da Assembleia Municipal. Embora as coisas tenham melhorado, os documentos estão desmaterializados e consegue-se consultar muita documentação na página da Câmara, mas ainda existe um problema com a falta de anexos às atas da Câmara Municipal e o material que recebemos para discutir os assunto nas sessões da Assembleia não é disponibilizado aos munícipes, pelo que grande parte das vezes não conseguem perceber o que foi ou não aprovado na Câmara e na Assembleia. Trata-se de uma questão que devia ser corrigida porque dificulta a vida a quem necessita de consultar os documentos. Falando do Jardim das Tílias, afirmou que não gostou de ver o corte de várias oliveiras pela raiz, não entende aquela obra nem porque foi feito aquele trabalho. Relativamente á unidade de medicina nuclear considerou que a mesma é uma boa iniciativa mas não devia ser da responsabilidade da Câmara a aquisição do material necessário ao funcionamento daquela unidade, pelo que ficou algo preocupado com a informação prestada sobre este assunto. Por outro lado gostava que lhe explicassem melhor a questão de haver comissões de serviço de chefias renovadas/continuadas, quando em Dezembro/2012 o Senhor Presidente afirmou que as mesmas iriam terminar e ser abertos novos concursos.

Marco Marques – Informou que este Município apostou com orgulho na aquisição de uma niveladora, uma retroescavadora, uma pá carregadora e um conjunto de material capaz de requalificar os caminhos, ajudando as freguesias na requalificação e manutenção dos caminhos rurais, mas não existe uma calendarização dessas máquinas para as freguesias, ou não a conhece. Outra falta de comunicação tem a ver com as candidaturas, já que embora fique contente com a sua existência porque representam obra, não percebe porque não se comunica com as Juntas de Freguesia para a realização

desses trabalhos. A Junta de Freguesia da Orca tem vontade de ajudar os técnicos da autarquia e tem conhecimentos que poderão ser úteis tanto a quem elabora as candidaturas como na fase de execução das obras. Reiterou que as obras na estrada Orca/Martianas ainda não estão concluídas e não consegue reunir com o engenheiro responsável pela obra ou com o empreiteiro para discutir o assunto. As obras de remodelação do Largo do Olival também ainda não estão concluídas e não sabe porquê. Disse ainda que o Senhor Presidente da Câmara conhece as suas preocupações e tem tentado resolver os problemas, mas a freguesia da Orca ainda não chegou nada.

Abel Rodrigues – Disse que na informação escrita o Senhor Presidente da Câmara não fala da Comurbeiras ou da nova entidade intermunicipal, nas reuniões de preparação do QREN até ao ano 2020. Como sabe que a Comurbeiras está a tratar de um processo muito idêntico relativamente aos fundos estruturais, pergunta qual é a interação com aquelas duas estruturas ou se o Fundão está a correr sozinho.

Presidente da Câmara – Congratulou-se também pelo facto de João Vaz de Carvalho ter estado presente na feira do livro em Bogotá e ter usado as cerejas como mote. Disse também que acompanha com muita preocupação a situação da eventual nova lei das finanças locais, eventual porque lhe parece que o Tribunal Constitucional vai ter de se pronunciar sobre a mesma. Trata-se de uma situação que mexe claramente com a autonomia e as nossas opções e temos de lutar todos juntos contra isso. O mesmo diploma também coloca todas as possibilidades, em termos de competências nas futuras comunidades intermunicipais, mas fica a dificuldade de se perceber quais são os níveis ótimos de concretização ou de execução dessas mesmas competências, entre os níveis central, intermunicipal, municipal e as freguesias. Trata-se de distribuir competências por 4 níveis, numa altura de poucos recursos económicos. Teme que, se as coisas não forem muito claras, surja algum desequilíbrio na relação de cooperação institucional entre as entidades que têm uma capacidade muito grande de trabalhar em conjunto, nomeadamente entre os municípios e as freguesias. Assim não vai por agora acrescentar mais nada esperando que as próximas semanas tragam mais luz sobre esta questão. Tem que haver posições equilibradas e saber que se devem fazer as coisas com menos dinheiro, o que por si só é um enorme desafio. Deu conhecimento de que na semana seguinte os municípios do Fundão e Castelo Branco iriam assinar o acordo final naquilo que vai ser o lançamento conjunto de um concurso na área da eletricidade (baixa e média tensão), tratando-se de um princípio de gestão que vai ter de ser feito em diferentes níveis do poder local. Respondendo ao membro Luís Lourenço concordou que se deve encontrar a melhor forma de tornar disponíveis todos os documentos aprovados para análise e utilização por todos os interessados. Sobre as oliveiras no Parque das Tílias não sabe o que se passou, embora lhe pareça que está a falar numa área de terreno que pertence à Santa Casa da Misericórdia do Fundão. Quanto às questões de pessoal, a Câmara cumpriu o quadro legal de redução das chefias e os direitos dos dirigentes. Todos os que ainda têm hipótese e direito de fazer a continuação no cargo isso far-se-á e abrir-se-á concurso público mal essa hipótese termine. Ao membro Abel Rodrigues informou que o grupo de coesão foi criado pela CCDRC e o Fundão foi chamado a participar no mesmo com o objetivo de, independentemente da estratégia relativa ao próximo quadro comunitário, se criar uma engenharia de planeamento que possa ter em atenção as áreas de discriminação positiva nas zonas de baixa densidade. Esse trabalho foi feito e inclui uma zona que vai desde o rio Côa ao Tejo (Beira Interior e Zona do Pinhal). Disse ainda que a melhoria no parque de máquinas trouxe mais pressão aos serviços, nomeadamente num ano de eleições, mas já

pediu aos responsáveis que comuniquem às Juntas de Freguesia o programa mensal de utilização das máquinas. Espera que em breve essa informação lhes chegue às suas mãos para que não surjam problemas relativamente ao que já está programado, como os incêndios que obrigam a alterar algumas coisas.

2.2 – Apreciação e votação de uma proposta da Câmara Municipal de “Aprovação dos documentos de Prestação de Contas de 2012”

Presidente da Câmara – Deu conhecimento que estas contas estão um pouco condicionadas pelo plano de ajustamento financeiro aprovado, porque existia a expectativa de receber durante o ano de 2012 um valor significativo de verbas que iriam alterar radicalmente os números e a execução. Havia inclusive o risco de ter de apresentar o orçamento tendo em vista o que estava previsto receber naquele ano. Como só se começou a receber dinheiro do PAEL no mês anterior, todas as verbas foram transitadas para o ano 2013. A execução global andou na casa dos 29 milhões de euros, o que considerou muito boa e reveladora de grande capacidade de angariação de fundos. A Câmara recebeu 17 milhões de receitas correntes e 11 milhões de receitas de capital, as despesas inverterem um pouco de ciclo, passando-se para 15 milhões de euros nas despesas de capital e 13 milhões de euros de despesas correntes. Existe também uma estabilização nas receitas do IMI com um ligeiro aumento, quanto ao IMT registou-se uma estabilização nos valores depois de um grande aumento em 2011, o que se considera um bom indicador da atividade económica, já que aquele imposto está conectado às compras e vendas na área do nosso concelho. O valor do mesmo é cerca de 1 milhão de euros, mas segundo indicações recente o Estado prepara-se para acabar com o IMT, o que considerou uma situação fácil porque quem fica sem o dinheiro são os municípios. Sobre as despesas com pessoal disse que existe uma necessidade legal de as reduzir em 2% por ano, mas este município reduziu-as em cerca de 7%. Existiu também uma pequena diminuição dos encargos financeiros o que é de salientar. Se a primeira tranche do PAEL tivesse sido recebida em 2012, muitas outras reduções teriam ocorrido. Informou também que a aquisição de serviços é uma rubrica que agrega muita despesa, a terceira nesta Câmara Municipal, que pagou praticamente o mesmo valor de 2011 nessa rubrica. Deu também conhecimento que existiram outras reduções com um valor importante mas que não se notam nas contas porque esses valores foram absorvidos pelo aumento do IVA, exemplificando com o valor de 250 mil euros no caso da eletricidade. A questão da despesa relacionada com a água até ao ano 2011 continua em tribunal, não reconhecendo o município qualquer tipo de fatura. A partir de 2011 houve um acordo geral com a empresa Águas do Zêzere e Côa que neste momento também está em risco na parte reconhecida pelos municípios, ou seja o pagamento de 80% relativa ao saneamento, com um preço de referência de 0,50 € para a água e 0,55 € para o saneamento. É este o princípio colocado na mesa mas a empresa AZC não tem condições técnico/contabilísticas para o executar, o que vai trazer novos problemas. Informou ainda que o fornecimento de água em alta teve uma grande diminuição, em grande parte devido à diminuição no prazo médio de reparação das roturas e na melhoria da canalização. A produção de lixo também reduziu bastante, mas esse facto tem a ver com a diminuição no consumo das pessoas e a crise económica que assola o país. Deu também conta que grande parte dos transportes escolares foi internalizada o que permitiu também uma grande redução de custos. Voltando à questão da energia elétrica disse que o plano de racionalização da iluminação pública contribuiu para uma grande redução do peso da fatura energética, agradecendo aos Senhores Presidentes de

Junta a ajuda prestada nesse aspeto, nunca colocando em causa a segurança de pessoas e bens. Cumpriu-se ainda a questão do endividamento líquido, a que a atual Lei das Finanças Locais obriga. Informou ainda que o ativo bruto da Câmara Municipal aumentou 11 milhões de euros e que o resultado líquido do exercício é positivo em 1.280 mil euros. Sobre a dívida existe uma redução de 2010 para 2012 de cerca de 3 milhões de euros, estando a dívida global acima dos 80 milhões de euros. No processo de reestruturação financeira existe uma parte que ainda não está colocada em dívida de médio/longo prazo e que se tentou reduzir muito a questão dos fornecedores em conferência porque muitas vezes estas não entram nas contas de um ano mas já apareciam no ano seguinte, assim esta Câmara tem feito um esforço muito grande para que os valores em conferência sejam inferiores a 10% daquilo que gasta (em média 30 milhões/ano). A dívida aos pequenos fornecedores diminuiu bastante, mas aumentou para os fornecedores denominados de capital, os ditos empreiteiros. A dívida de curto prazo é neste momento de 17 milhões de euros e a operação PAEL e o saneamento vai liquidar cerca de 14,5 milhões daquele valor, ficando cerca de 3 milhões para gestão corrente. Relativamente aos fundos comunitários, existe um montante de 2,5 a 3 milhões de euros que podem ter penalizado a Câmara do Fundão e que se fez um esforço muito grande para executar várias obras até final de 2012, mas que ainda não foi recebida a contrapartida do POVT que, se já tivesse entrado no Município, reduziria em muito a dívida do ano. Se houvesse maior velocidade na receção dos fundos comunitários a Câmara poderia ter ido um pouco mais além na execução. Na parte das provisões há 10,821 milhões de euros e desse valor cerca de 8 milhões tem a ver com a questão pendente com a AZC e 1,5 milhões tem a ver com o projeto REFER. Em ambas as situações a Câmara está em aceleradas conversações e pode-se dizer que as coisas estão bem encaminhadas com a AZC e não tanto com a REFER, já que esta empresa nos vem pedir a totalidade do valor relativa aos contratos, sabendo esta Câmara que existem valores comunitários associados e como tal não pagarão o que já foi recebido através dos tais fundos comunitários. Referiu também que o auto financiamento em algumas obras diminuiu, já que a comparticipação nas obras aumentou, reduzindo assim a dívida. No início do ano, dos 17 milhões de euros que faltava executar de obra já foi feita a maior parte, faltando neste momento cerca de 5.700 milhões, ou seja foi feito um esforço brutal na execução das obras. Estamos assim perto de acabar o quadro comunitário (executou-se 95%) sem deixar cair as obras principais da nossa carteira de projetos, que considerou muito importantes em tempos tão difíceis.

Nuno Baltazar Mendes – Sobre a redução na despesa apresentada pela Câmara Municipal de 7,7% nas despesas com pessoal, perguntou onde foram exatamente os cortes. Verificando uma redução no valor da aquisição de serviços, gostava de saber efetivamente onde aconteceu essa diminuição. Por outro lado foi dito que existe um aumento de 11 milhões no ativo bruto, como esse aspeto não foi especificado gostava de saber como ocorreu. Na dívida global da Câmara reparou que existe um valor de 80 milhões, mas existe um valor de 44 milhões que a Câmara exige á empresa AZC em tribunal arbitral, pelo que perguntou qual o ponto de situação do processo já que estamos a falar de metade da dívida do Fundão, o que poderá vir a ter um grande impacto no valor da dívida global apresentado. Existe ainda uma verba que lhe chamou a atenção que tem a ver com os 30 milhões de euros relativos aos contratos de factoring sem recurso, perguntando quais são as grandes rubricas destes contratos. Perguntou também em termos de auto sustentabilidade, tendo em conta o quadro macro económico atual, a situação dos constrangimentos na despesa pública, o que se fala na redução de impostos ligados aos municípios, como é que a Câmara avalia e prevê o futuro do

Município tendo em conta que as receitas e o que é possível projetar a 5/10 anos, ou seja quais os diferentes passos a dar e o caminho estratégico a seguir.

Luís Lourenço – Começou por dizer que a documentação enviada é extensa, de difícil leitura e que não teve tempo, por motivos profissionais, de fazer a análise que gostaria. Pediu que lhe explicassem algumas das questões colocadas ao Município no relatório apresentado pelo ROC. As transações entre as empresas municipais e Câmara levantam algumas confusões, cujo resultado se verá no próximo ano, mas está preocupado com algumas situações relatadas pelos técnicos de contas. Por outro lado, se se comparar o que se passou em 2011 e 2012 fica-nos a certeza, no que diz respeito ao investimento plurianual, que as diferenças não são muito grandes, mas fica-nos também de investimento uma execução de 27,6 %. É claro que isto não é diferente do que aconteceu nos anos anteriores, temos de despesas correntes uma execução de 68%. Isto continua a ser preocupante, quando se sabem as orientações políticas nacionais. Faz-se assim o que se pode, mas o que se pode fazer é pouco, pelo que começa a ter receio que um dia destes reste uma Câmara Municipal que se aproxima bastante do que eram as câmaras antes do 25 de Abril de 1974, pouco mais do que repartições que atendem mal os munícipes e não sejam um fator de desenvolvimento do concelho. Esta não seria uma gestão subscrita pela CDU, pelo que vão votar contra.

Carlos S. Martinho - Afirmando que as contas o surpreenderam positivamente, nomeadamente a taxa de execução, num período de grandes constrangimentos orçamentais tanto a nível local como nacional e foi conseguida sem recurso a qualquer empréstimo. Os 29 milhões são a média de execução deste município nos últimos 6,7 anos, o que é notável e demonstra o grande esforço, a grande capacidade de gestão deste Executivo. Também a existência de um aumento das receitas provenientes do IMI e do imposto de circulação, o que indica a circulação de mais viaturas. Destacou também que o valor do IMT está muito próximo do ano anterior, mas foi 20% superior ao ano 2010, significando isto que a atividade económica no concelho está viva e muitos dos nossos investidores reconhecem capacidade no Município para haver investimento. Por outro lado o IMT está em discussão para poder acabar ou ser reduzido e poderá ser colmatado com um aumento do IMI face às atualizações recentemente levadas a efeito. Pessoalmente acha que o IMT devia ser abolido uma vez que se trata de um imposto que retrai o investimento e que essa perda devia ser compensada pelo aumento do IMI, mas trata-se de uma questão que deve ser melhor debatida porque a discussão ainda não está concluída. As receitas correntes já representam 65% do total da rubrica ou seja as receitas próprias do Município já representam um valor bastante considerável. O endividamento é idêntico ao do ano anterior, reflexo do acelerar a faturação para se poderem receber os fundos comunitários respetivos ainda durante o ano de 2012, o que não veio a acontecer. Significa isto que os 3 milhões faturados e não recebidos iriam fazer com que o endividamento passasse para os 77 milhões, o que seria de assinalar. Realçou também como muito positivo o cumprimento da lei do endividamento e da obrigatoriedade de redução do pessoal num mínimo de 2%. Considerou um exagero o facto de se dizer que futuramente o poder local será igual ao antes do 25 de Abril, só pessoas com grande sentido de negativismo podem fazer tais afirmações.

Neste momento entrou na sala o **Senhor Presidente da Mesa, Dr. Vítor Martins**, que passou a presidir aos trabalhos. Usou da palavra cumprimentando os presentes e pedindo desculpa pelo atraso.



Aires Patrício – Reconheceu não ter capacidade técnica/científica para fazer uma leitura correta neste ponto da ordem de trabalhos, mas a forma preocupada e cuidada com que o Senhor Presidente da Câmara trata e informa estes assuntos deixa-o sossegado, independentemente de estar em desacordo com um ou outro aspeto. Não é fácil para a maioria dos cidadãos ler e interpretar este tipo de documentos com tantos números, aconselhando alguns dos elementos que aqui estão a ter outra atitude e a falar mais dos assuntos que melhor dominam e não tanto de assunto com que estão menos identificados. Tem no entanto boas sensações sobre o documento já que lhe parece que está na presença de alguém que seriamente conduz os destinos desta Câmara Municipal, o que no mundo de hoje tem de merecer o nosso respeito.

Abel Rodrigues – Sobre os documentos disse que a Câmara cumpriu a lei em termos de tempo no envio dos documentos, mas era bom que tivesse tido em consideração que se trata da análise de 1200 páginas, o que é humanamente impossível de fazer em 2 ou 3 dias. Seria melhor que a Câmara pudesse ter remetido o relatório de contas um pouco mais cedo, já que as pessoas têm a sua vida pessoal e profissional e era bom que se lembrassem disso. Em Fevereiro do último ano, o atual Presidente da Câmara disse que iria mudar de rumo, pelo que estranha que num ano tão difícil em termos económicos a dívida a terceiros tenha aumentado 3,300 milhões. Sobre a dívida a terceiros no valor de 50 milhões, perguntou qual o valor coberto pelo PAEL.

Nuno Baltazar Mendes – Declarou que no relatório de certificação legal das contas, da sociedade de revisores oficiais de contas, a execução orçamental global da receita e da despesa em 2012 foi de cerca de 48%, o que reflete uma execução anual inferior ao previsto, facto que gostaria que o Senhor Presidente da Câmara comentasse. Sobre a eventual extinção do IMT não defende que em circunstância alguma se aumente o IMI para compensar aquela perda, A Associação Nacional de Municípios têm elencadas uma serie de medidas que permitem assegurar esta compensação. As que no dia seguinte iriam ser anunciadas pelo Governo relativas a matérias como educação, saúde e segurança social afetarão muito a vida das pessoas e do município, pois se trata de continuar a aumentar a dose de austeridade que nos está a levar para o caminho que todos sabemos, não havendo maneira de mudar de disco. Sempre se bateu nesta Assembleia pela implementação do orçamento participativo no nosso Município, considerando-o um dos instrumentos mais importantes na vida de qualquer autarquia.

Carlos S. Martinho – Disse que o membro Nuno Baltazar não resistiu à sua veia mais populista e demagógica nesta intervenção. Reiterou que não falou em aumento de IMI na sua globalidade mas sim nas reavaliações. A taxa do IMI desceu e os municípios reajustaram a sua taxa, as reavaliações fizeram com que as receitas aumentassem. Saliu que é contra a aplicação de impostos que venham a penalizar a economia e o investimento. Espera que a proposta de reforma fiscal que está a ser elaborada por um grupo de especialistas traga alguma simplificação fiscal em termos nacionais e que as coisas sejam transparentes para que os investidores reconheçam o nosso país como um local onde se pode investir com segurança. Também disse ao membro Nuno Baltazar que mais reforma na saúde não significa necessariamente menor qualidade de serviço nem aumento da despesa para os utentes.

Presidente da Câmara – Começou por saudar o Senhor Presidente da Mesa. Respondendo ao membro Abel Rodrigues disse que na apresentação das últimas contas tem havido por parte do Município a preocupação naquilo que é o relatório de gestão, relatório esse que de alguma forma sempre foi desvalorizado pelos municípios. Esse documento ajuda a fazer um acompanhamento evolutivo dos últimos anos, podendo tirar-se outro tipo de conclusões. A questão dos 3 milhões de euros tem a ver com a facto de no último trimestre do ano ter havido um grande esforço de execução de obra, na expectativa de poder vir a receber até final do ano as contrapartidas financeiras a que tinha direito, o que não aconteceu. Os documentos refletem claramente o que é a dívida a fornecedores correntes e as provisões, para que todos tenham uma ideia precisa do que está em causa sem esconder nada. Os 10 milhões de euros em provisões têm a ver com as questões com a empresa AZC em que parece estar próximo chegar-se a um consenso. A Câmara tem as suas razões e está a defende-las, esperando encontrar um modelo de entendimento entre o Ter e o Haver. Com a REFER a situação é um pouco mais complexa já que para além da questão dos fundos comunitários existe uma outra que tem a ver com o IVA em imóveis, que está em cima da mesa e urge resolver. Repetiu que existe uma parte da dívida que ainda não está no médio/longo prazo e estava numa maturidade média que andava pelos 6,7 anos, havendo assim a necessidade de aumentar essa maturação. A operação de aumento da maturação vai reduzir em 20% o serviço da dívida nos primeiros tempos e uma taxa de juro que passa de 4% para 3,04 %. A internalização dos serviços, a reestruturação no setor das águas e saneamento, na recolha e depósito do lixo também contribuíram para uma grande redução na despesa. No futuro, mais que fazer grandes obras considerará em primeiro lugar as necessidades concretas dos cidadãos. É essencial posicionarmos o nosso concelho do ponto de vista de atração do investimento e uma das coisas mais importantes está relacionada com o marketing positivo. Hoje em dia não estamos num estado de esquerda ou de direita mas sim num estado de emergência, onde tudo tem de ser visto com alguma distância sem enfatizar questões ideológicas. As lógicas de discriminação positiva irão ajudar seguramente a sustentabilidade pela atração do investimento que esta Câmara tem conseguido. O concelho é sustentável e está no bom caminho.

Não havendo mais intervenções, o Senhor Presidente da Mesa colocou o documento a votação sendo aprovado por maioria com 32 votos a favor e 9 votos contra.

2.3 – Apreciação e votação de uma proposta da Câmara Municipal de “Autorização para plurianualização de despesa”

Presidente da Câmara – Informou que desde Julho do ano passado os municípios estão obrigados, para as despesas plurianuais, a levá-las à aprovação da Assembleia Municipal. Embora o orçamento já tenha rubricas votadas nessa situação, a Câmara acha que há questões que devem vir à Assembleia, já que o espírito do legislador é a favor de uma partilha de responsabilidades, entre o órgão executivo e o deliberativo. Não se trata de uma mera informação à Assembleia, estes assuntos passarão a vir sempre que se considere necessário. A primeira rubrica aqui colocada tem a ver com o terminar das operações das componentes de factoring com as empresas municipais no seu processo de internalização, já que os ativos e passivos vão passar para o Município e as responsabilidades plurianuais existentes vão continuar na Câmara Municipal. Outra questão tem a ver com algo que foi recentemente a reunião de Câmara que é o concurso internacional para a recolha de lixo, acabando-se com a despesa do varrimento que é outra medida de sustentabilidade e internalização dos serviços. O concurso foi lançado

por 3 anos e tem como preço base 450.000 €, apanha um semestre de 2013 e outro de 2016. O documento também menciona coisas menores como a aquisição de um imóvel no Souto da Casa e outro em Aldeia de Joanes e ainda a compra de uma máquina.

Nuno Baltazar Mendes – Trata-se de uma situação em que se percebe o controlo que é imposto a todas as autarquias e este estado de perfeita desconfiança de tudo e de todos. De certeza que em 25 pareceres, 12,5 são a favor do que a Câmara faz e outros 12,5 dizem que estes assuntos não têm nada que aqui voltar, já que esta Assembleia aprovou em Dezembro uma autorização genérica para os investimentos plurianuais. O que se está a fazer relativamente ao poder local é criar mecanismos sucessivos de desconfiança e entraves sobre quem tem de dirigir os municípios e está-se também a transferir a responsabilidade para muitas outras pessoas nas Assembleias Municipais.

Henrique Dias – Disse que o Senhor Presidente da Câmara pretende apenas respeitar e dignificar este órgão dando-lhe a conhecer a realidade do Município. Apoiou-se a denominada “Lei das cautelas”. Normalmente apoiamos o facto de estarmos presentes nas tomadas de decisão, daí o envio deste documento e de se conferir a todos a possibilidade de intervenção.

Não havendo mais intervenções foi o documento colocado a votação e aprovado por unanimidade.

2.4 – Apreciação e votação de uma proposta da Câmara Municipal de “Alteração à Tabela de Taxas e Licenças”

Presidente da Câmara - Informou que ia dar uma explicação conjunta neste ponto e no seguinte uma vez que estão conectados. Trata-se do processo de licenciamento zero, considerando-o um bom processo de simplificação implementado pelo Governo e um bom processo de redução de tempo e de custos, como no caso da restauração onde existe uma redução de 15% relativamente ao licenciamento e em termos de tempo fica fechado num espaço de semanas e não de meses. As duas questões estarão em discussão pública e voltarão em Junho à Assembleia Municipal para aprovação definitiva.

Nuno Baltazar Mendes – Afirmou que tudo o que possa ser feito para simplificar a vida dos agentes económicos e dos cidadãos deve ser objeto de um grande aplauso. A administração central sempre teve por norma desconfiar de tudo e criar dificuldades e, com isso, desenvolveu e projetou a corrupção, devido à existência de pequenos poderes instalados. Tudo deve ser feito para que se possa simplificar a vida dos cidadãos e quem investe também agradece que não lhe criem problemas burocráticos. Estamos perante uma boa forma de incentivar os empresários a investir no nosso concelho.

Aires Patrício – Disse que sempre aqui afirmou que o nosso País está preenchidíssimo por discursos e acabamos de ouvir uma boa intervenção, mas temos de sair da forma e entrar no conteúdo. Antes do 25 de abril criticava-se muito a burocracia, mas decorridos 39 anos tudo piorou e alguém teve responsabilidade nisso. A Câmara Municipal vai agilizar processos o que se aplaude, mas é tempo de uma drástica diminuição dos egos.

Não havendo mais interessados em usar da palavra foi o documento colocado a votação e aprovado por unanimidade.

2.5 – Apreciação e votação de uma proposta da Câmara Municipal de “Alteração ao Regulamento dos Períodos de Funcionamento dos Estabelecimentos de Venda ao Público e de Prestação de Serviços do Concelho do Fundão”

Não havendo interessados em usar da palavra foi o documento colocado a votação e aprovado por unanimidade.

2.6 – Apreciação e votação de uma proposta da Câmara Municipal de “Aprovação final de regulamentos”

Presidente da Câmara – Por estarmos na fase final de aprovação deste regulamento vai dar conta das alterações registadas no processo de discussão pública. O Município teve em conta o princípio da discriminação positiva, selecionando dois alvos, as taxas e licenças e o IMI. O IMI tem uma redução para as empresas até 5 anos, com a criação de postos de trabalho durante esse período, fazendo-se anualmente a avaliação dos processos. O IMI rústico também entra no processo nas mesmas condições.

Luís Lourenço – Acha muito bem a forma como se apresentam este tipo de propostas, lembrando que foi ele próprio que chamou a atenção que numa das condições se pudesse beneficiar da isenção/redução do IMI, criando postos de trabalho, mas que não devia ser só por um ano, beneficiando de 5 anos de redução. Acharia no entanto melhor que as propostas fossem apresentadas mas não votadas na fase inicial e que isso só ocorresse no final da discussão pública, como texto final.

Luís Castanheira – Disse que não é contra estas reduções, mas que acima de tudo se deviam considerar as pessoas em si. Estas estão a passar muitas dificuldades, agravadas durante o mês de Abril por conta do IMI que têm de pagar. Informou que por motivos profissionais constata com frequência a existência de pessoas que choram no balcão da Repartição de Finanças, dizendo que têm o frigorífico vazio ou que a medicação deste mês não pôde ser comprada. Pedem também por favor para dividir o valor do imposto em prestações, o que não pode acontecer para valores inferiores a 250 €. Apelou ao Senhor Presidente da Câmara enquanto cidadão e não como opositor por pertencer à bancada do PS, para que reconsidere as taxas de IMI praticadas no nosso concelho, comparativamente com outros municípios á nossa volta.

Presidente da Mesa – Sobre o facto de neste tipo de documentos ocorrer uma aprovação preliminar, uma discussão pública e depois uma aprovação final, considerou que se trata de um tema que pode ser discutido na comissão permanente desta Assembleia. O Senhor Presidente da Câmara deu uma pista de que se depreende que as mesmas podem ser objeto de uma aprovação na generalidade, para criar uma base autárquica, depois uma discussão pública e uma aprovação final na especialidade, tendo em conta o debate público. Parece-lhe que esta linha resolve a questão mas a Assembleia tem interesse em fazer parte da decisão desde o seu início, pelo que a comissão permanente irá discutir o assunto.

Presidente da Câmara – Subscreveu as palavras do Senhor Presidente da Mesa, mas existe algum sentido em trazer o documento desta forma, porque acredita muito no processo da corresponsabilização. O posicionamento na discussão dos assuntos é muito importante até para a saudável vida da Câmara e da Assembleia Municipal. Respondeu ao membro Luís Castanheira que a sociedade passa por dificuldades e que seguramente,

se fossem reduzidos todos os valores das taxas do IMI, poderíamos resolver algumas dessas dificuldades, mas trata-se de um problema de difícil solução. Se dissessem que podíamos discriminar pelo valor patrimonial, cruzando-o com o valor do rendimento das famílias, esta Câmara estaria disponível para avançar para uma discriminação fiscal que tivesse em conta o rendimento das pessoas como base. Como isso não é possível, não é também responsável entrar por uma vertente de descer o IMI para todos, uma vez que iria retirar capacidade de intervenção, também no campo social. No entanto na zona antiga do Fundão e nas casas degradadas que necessitem pequenas reparações a Câmara já tem um modelo de redução de 30%, indo ao encontro de alguns grupos alvo. Não tem neste momento uma ferramenta legal que permita fazer uma discriminação do IMI, se o tivesse fá-lo-ia sem qualquer dúvida. Também existe no IMI uma cláusula de salvaguarda que não permite um aumento maior que 75 € num ano.

Não havendo interessados em usar da palavra foi o documento colocado a votação e aprovado por maioria com 41 votos a favor e 1 abstenção do membro Luís Castanheira.

2.7 – Apreciação e votação de uma proposta da Câmara Municipal de “ Parque Fluvial da Barroca” – declaração de interesse municipal“

Presidente da Câmara – Desejou as melhoras do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Barroca que teve um lamentável acidente. Sobre este documento disse que o que está em causa é a área fluvial da Barroca que se encontra na reserva agrícola, o que não se ajusta nada com a realidade do local, pelo que se declara o interesse municipal para desbloquear o problema legal de ordenamento existente e executar pequenas obras necessárias naquele parque.

Não havendo interessados em usar da palavra foi o documento colocado a votação e aprovado por unanimidade.

Não havendo mais nada a tratar, o Senhor Presidente da Mesa perguntou ao público presente se alguém pretendia intervir. Não sendo o caso, deu como encerrados os trabalhos da Assembleia Municipal pelas 20.00 horas. Da sessão se exarou a presente ata que vai ser assinada por todos os Membros da Mesa da Assembleia.

Presidente da Assembleia Municipal _____

1º Secretário _____

2º Secretário Olávia do Carmo Roxo Nogueira

VOTAÇÃO DAS PROPOSTAS

2.2 – Apreciação e votação de uma proposta da Câmara Municipal de “Aprovação dos documentos de Prestação de Contas de 2012” – Aprovado por maioria com 32 votos a favor e 9 votos contra dos membros Luís Lourenço, Catarina Gavinhos, Abel Rodrigues, Nuno Baltazar Mendes, Pedro Salvado, Rosa Moreira, Bruno Ramos, Berta Oliveira e Nuno Lopes

2.3 – Apreciação e votação de uma proposta da Câmara Municipal de “Autorização para plurianualização de despesa” – Aprovado por unanimidade

2.4 – Apreciação e votação de uma proposta da Câmara Municipal de “Alteração à Tabela de Taxas e Licenças” – Aprovado por unanimidade

2.5 – Apreciação e votação de uma proposta da Câmara Municipal de “Alteração ao Regulamento dos Períodos de Funcionamento dos Estabelecimentos de Venda ao Público e de Prestação de Serviços do Concelho do Fundão” – Aprovado por unanimidade

2.6 – Apreciação e votação de uma proposta da Câmara Municipal de “Aprovação final de regulamentos” – Aprovado por maioria com 41 votos a favor e 1 abstenção do membro Luís Castanheira

2.7 – Apreciação e votação de uma proposta da Câmara Municipal de “Parque Fluvial da Barroca” – declaração de interesse municipal – Aprovado por unanimidade

29 de Abril de 2013

GRUPO MUNICIPAL DA CDU

Boa tarde a todos,

Nas cerimónias municipais das comemorações do 25 de Abril houve um discurso em particular que é perfeitamente revelador do pensamento de alguns dos nossos governantes. O deputado municipal Jean Barroca, depois de citar alguns sofistas sobre a arte de fazer política, afirmou que acreditava num país sem um estado providência, disse-nos que acreditava num país em que o emprego não é para a vida e no qual, quem pode, paga a saúde e a educação. Suponho, por boa fé, que nesta sua visão o estado se encarregaria de pagar a educação e a saúde dos pobrezinhos.

Para que estes pensamentos não pareçam pura maldade, o argumento principal usado para defender estas ideias é que o país não tem dinheiro para manter um estado providência. É a tal ideia de “nós também gostávamos mas temos de nos cingir ao domínio do possível”

Há vários problemas nestes pensamentos, auto intitulados de reformistas, que estes jovens especialistas que pululam no PSD (e, infelizmente para nós, também no governo) gostam de proclamar, apoiados por um dos seus gurus, o Ministro Gaspar.

Primeiro, Portugal, nunca conseguiu realmente ser um estado providência para todos os portugueses. Aliás o grande problema de Portugal é que o estado tem sido mais providencial para os monopólios das grandes empresas estupidamente privatizadas, como a EDP, a REN, a GALP ou PT, tem sido providencial para alguns bancos e banqueiros, tem sido providencial para alguns grupos financeiros, curiosamente, na sua

29 de Abril de 2013

GRUPO MUNICIPAL DA CDU

genética, os mesmos de há um século, mas não tem sido providencial para todos os portugueses.

Apesar das grandes melhorias dos últimos 39 anos, a verdade é que só quem não conhece Portugal pode dizer que todos têm o mesmo acesso à saúde e à educação, ao transporte, à habitação e aos direitos mais elementares dos trabalhadores, mesmo antes desta crise especulativa se ter iniciado.

Assim, na realidade, o que estes jovens reformistas “sociais democratas” (note-se, sociais democratas entre aspas) querem dizer, não é que vão acabar com um estado providência em nome do possível, mas sim acabar com algumas benesses que todos partilhávamos e que são bem baratas comparadas com o que custam os verdadeiros beneficiários da nossa providência.

Segundo, Portugal é um país demasiado pequeno e assimétrico para implementar o liberalismo defendido por estes jovens especialistas. Alguém acredita que sem uma redistribuição da riqueza produzida em Portugal, sem solidariedade inter-regional e inter-geracional se pode manter um país socialmente ou até fisicamente coeso? Agora sou eu que vos falo do domínio do possível. Simplesmente não é possível. Como somos um país extremamente desigual na distribuição da riqueza, se o estado se demitir de fazer uma justa redistribuição, então só meia dúzia de privilegiados terão direito a uma educação e a uma saúde de qualidade,

29 de Abril de 2013

GRUPO MUNICIPAL DA CDU

o que resta para nós, os outros, são uns serviços mínimos de saúde e educação.

Por último, até há bem pouco tempo achava que a única solução para recuperar a nossa soberania, dignidade e esperança era sair do Euro, hoje já não sei. Toda a Europa já percebeu que esta auto-austeridade nos vai levar a um colapso gigantesco, e não é só nos países do sul não subservientes que está a ser repensado um novo caminho, é também na própria Alemanha que as alternativas estão a ser equacionadas. Por isso o que se pode pedir a estes jovens reformistas é que esperem, peçam mais tempo, e parem com este afã destruidor das conquistas do Portugal de Abril que ainda restam. Pensem duas vezes antes de destruir a nossa rede de transportes, a escola pública e o serviço nacional de saúde.

É um país inexistente que queremos para os nossos filhos?

A única forma de podermos pagar as nossas dívidas é, primeiro, livrá-las de uns juros agiotas, e depois crescer economicamente com o estado a ajudar o renascimento da produção nacional, seja ela agrícola, pesqueira ou industrial.

Evidentemente que cada um tem direito a escolher a ideologia que mais lhe agrada, até tenho o profundo gosto pela discussão, mas, para mim há um limite a partir do qual não tenho qualquer tipo de consideração pelas ideias dos outros. É um limite simples e de bom senso, todas as ideologias que posso respeitar têm como fim último o bem estar dos povos, de todo o povo, e não só o bem estar dos afortunados ou iluminados. Mesmo as

29 de Abril de 2013

GRUPO MUNICIPAL DA CDU

ideologias clássicas que não partilho, cuidam dos seus mais desfavorecidos, sejam velhos, doentes, crianças ou incompetentes. Não acredito no pecado dos povos, nem no castigo, nem na expiação. Para mim a arte de fazer política, não é fazer os possíveis e os impossíveis para ser eleita. A arte de fazer política é partilhar ideias e agir, com mais ou menos dúvidas, na direcção de um melhor futuro, é lutar diariamente, e dentro do que cada um é capaz, por um mundo melhor para todos.

Catarina Gavinhos

Pelo Grupo Municipal da CDU.